



## CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO EXTERNA DESTINADA A ACOMPANHAR E A MONITORAR AS POLÍTICAS  
PÚBLICAS AMBIENTAIS, A QUALIDADE DE SUA EXECUÇÃO E SEUS IMPACTOS  
SOCIOECONÔMICOS

### **REQUERIMENTO DE INFORMAÇÃO Nº                   , DE 2019**

**(Da Sra. Deputada Tabata Amaral PDT/SP )**

Requer informações detalhadas ao Ministro do Meio Ambiente sobre as atividades de contingência realizadas pelo governo federal para conter as manchas de óleo de origem desconhecida que estão chegando às praias do Nordeste.

Senhor(a) Presidente,

Com base nos termos do artigo 50, § 2º, da Constituição Federal, e nos artigos. 115, I, e 116 do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, e considerando o Plano Nacional de Contingência para Incidentes de Poluição por Óleo (PNC), criado em 2013, requero a Vossa Excelência, ouvido o Plenário desta Comissão, a realização de requerimento de informação em requer-se:

- a) Qual a forma de coordenação dos esforços, realizada pelo governo federal, em resposta ao desastre? Qual a participação do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e IBAMA nessas iniciativas?
- b) Quais foram as datas de reunião e onde estão disponíveis as atas, resoluções e outros documentos relacionados às atividades realizadas pelo Comitê Executivo da PLC (Art. 40, II do Dec. 8127/2013)?
- c) De que modo o governo vem trabalhando para realizar as funções que eram de responsabilidade do Comitê, extinto em 2019 pelo Governo Federal?
- d) De que modo o governo federal vem trabalhando para realizar as funções do Comitê de Suporte (Art. 40, III do Dec. 8127/2013)?
- e) De que modo a Marinha vem participando com os órgãos de meio

ambiente para auxiliar nas ações relativas a contenção do óleo?

- f) Quais atividades estão sendo realizadas para investigação da origem do óleo?
- g) Quanto o valor investido até o momento pelo Ministério para a resolução do problema e qual o valor estimado para investimento futuro e por quanto tempo?
- h) Que ações pesquisas estão sendo desenvolvidas para garantir a segurança das águas marinhas e fluviais bem como dos mangues e dos animais que vivem nestes ecossistemas?
- i) Que medidas preventivas de curto, médio e longo prazo estão sendo tomadas/planejadas para impedir que existam consequências para a saúde pública?
- j) Que medidas de curto, médio e longo prazo estão sendo tomadas/planejadas para minimizar os danos na economia dos municípios que têm o turismo e/ou a pesca como importante fonte de renda?

## **J U S T I F I C A Ç Ã O**

Desde 30 de agosto, resíduos de petróleo cru invadem as praias e mangues da região litorânea do nordeste brasileiro. Segundo o balanço do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama) de 18 de outubro, até a presente data, 268 locais foram atingidos, em 94 municípios, nos nove estados do Nordeste.

A extensão dos danos do óleo poluente é enorme. O derramamento de óleo é considerado o maior acidente ambiental em extensão no País, com 2.200 km de manchas oleosas, que atingem da Bahia ao Maranhão.

Os governos não querem fazer alarde para tentar não afetar o turismo, mas inevitavelmente ele será afetado em toda a sua cadeia produtiva. Existe também a questão da saúde, tanto de quem frequenta praias como de quem trabalha nessas zonas, mariscando, pescando, vendendo produtos e que depende do pescado e do marisco para subsistência e sobrevivência.

Sala das Sessões, em 29 de outubro de 2019.

**Deputada Tabata Amaral**  
**PDT/SP**